

PLANO PLURIANUAL
Lei nº 6.126



PPA

2012-2015

PPA de Bolso



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E GESTÃO

PPA de Bolso

PLANO PLURIANUAL
2012 - 2015

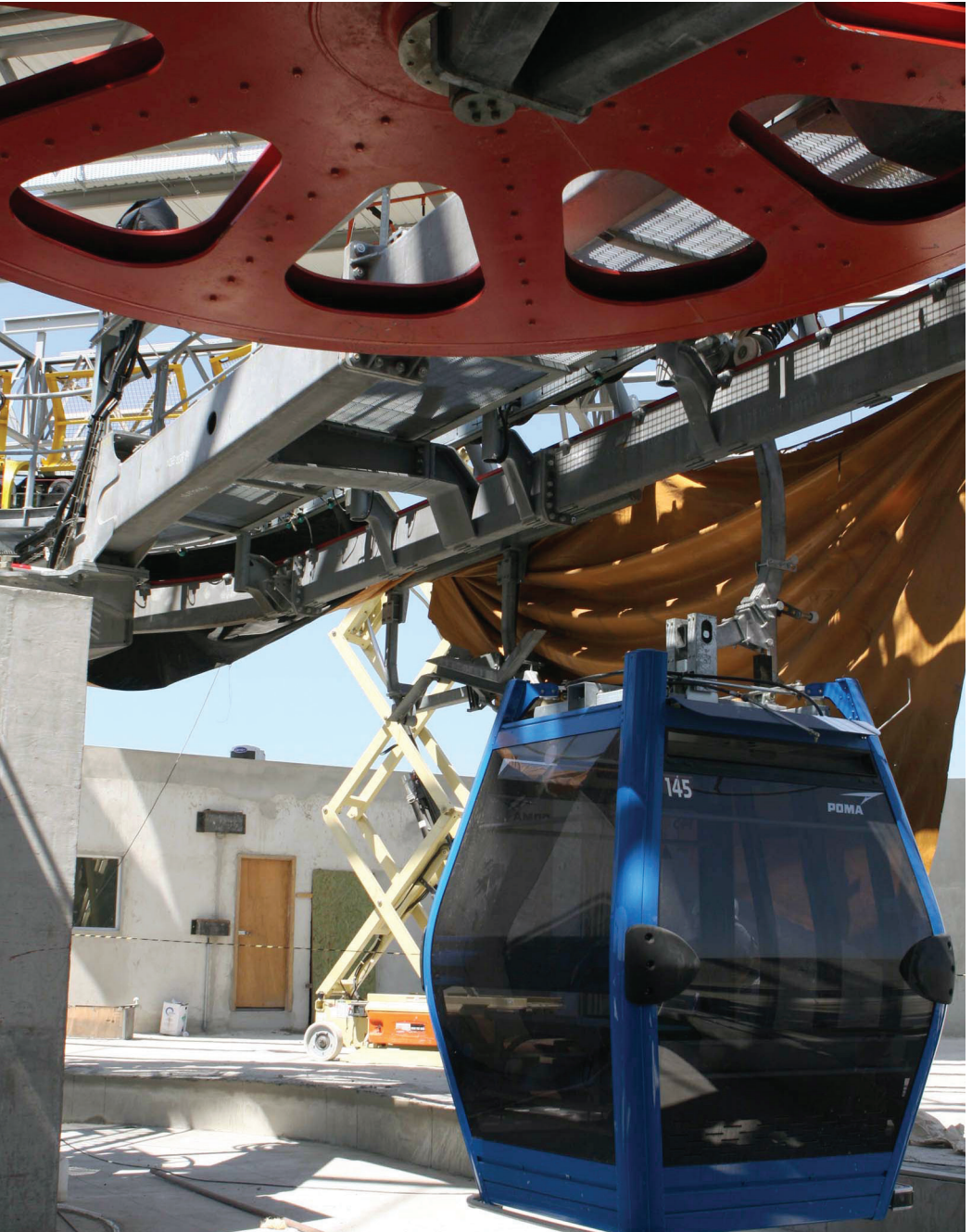


SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E GESTÃO



Avenida Erasmo Braga, 118
Centro - Rio de Janeiro
RJ - Brasil - CEP 20.020-000

www.rj.gov.br/web/seplag



APRESENTAÇÃO

O planejamento de projetos e ações que compõem os programas de um governo representa uma das fases mais importantes do processo de elaboração e implementação de políticas públicas, que têm como principal objetivo garantir o acesso ao atendimento - pelo Estado - de serviços básicos e essenciais a uma determinada população. Todos os programas são elaborados a partir de dados que subsidiam a leitura sobre um tema, uma região ou um conjunto de questões que deverá ser resolvido a curto, médio e longo prazos. Elaborado pelo conjunto dos órgãos que compreendem os Poderes do Estado do Rio de Janeiro, o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro – PPA/RJ 2012-2015 (Vols. I / II), consiste exatamente em um instrumento de planejamento das ações governamentais, regido pela Constituição Estadual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 - LRF.

Antes da sanção, o PPA/RJ 2012-2015 foi enviado como Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado e depois apresentado à Comissão de Orçamento da própria casa. Seu texto passou pela avaliação do conjunto de deputados, que o emendou e encaminhou ao Poder Executivo para análise. Em 29 de dezembro de 2011, o Governador Sérgio Cabral sancionou o Lei PPA/RJ nº 6.126, para que entrasse em vigor a partir de janeiro de 2012.

4

A Constituição Federal foi o marco legal para a instituição do PPA. No Estado do Rio de Janeiro, desde o final da década de 90, o Governo Estadual vem propondo o Plano a partir do marco legal estabelecido buscando o planejamento como pressuposto de uma gestão fiscal responsável, com base em resultados. O PPA tem papel central no processo de planejamento institucional. A sua programação é, ao mesmo tempo, setorializada e regionalizada, baseando-se nas diretrizes e metas da administração pública estadual.

Tais metas – quantificadas para as ações dos programas – devem nortear a alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual – LOA e, simultaneamente, observar a LRF, que destaca a necessidade de compatibilização dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com o PPA. Em especial, o Plano deve representar a agenda pública estadual e contemplar programas e ações de caráter estratégico no universo temporal de sua realização.

Dessa forma, para que gestores e técnicos envolvidos no acompanhamento de suas políticas setoriais possam ter uma visão ampliada e intersetorializada dos programas inseridos no PPA, esta publicação pretende resumir em poucas linhas o processo de elaboração desse instrumento e suas peculiaridades, a aderência de sua programação aos grandes temas do Governo e a proposta atual para o monitoramento de sua execução.

O Projeto de Lei foi apresentado em audiência pública à Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 25 de outubro de 2011.

SUMÁRIO

Estrutura do PPA/RJ 2012 - 2015	7
Processo de Elaboração	8
Contextualização Estratégica	10
Grandes Temas na Programação 2012 - 2015	11
Monitoramento e Avaliação do PPA - RJ 2012 - 2015	18
Matriz de Correspondência entre Órgãos e Grandes Temas	20
Siglas	21
Nota Técnica	22

Estrutura do PPA/RJ 2012-2015

O PPA está constituído em dois volumes e contém capítulos com análises para a sua contextualização estratégica e a programação do Poder Executivo e dos demais Poderes.

A parte do Plano referente à contextualização estratégica abordou os principais objetivos dos órgãos setoriais do Governo e os temas relevantes ao planejamento estadual. **Ela foi dividida nos seguintes capítulos:**

- Apresentação de macro-objetivos e objetivos setoriais;
- Análise do cenário macroeconômico e estratégias de investimentos;
- Análise das finanças públicas do Estado;
- Identificação de oportunidades e parcerias;
- Apresentação da dimensão territorial do planejamento.

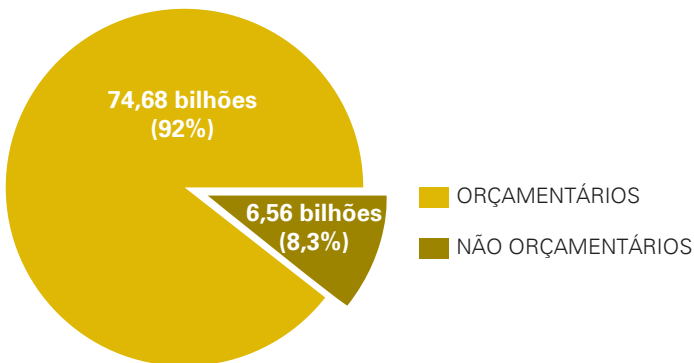
A maior parte do Plano é dedicada à programação finalística do Governo, onde constam os seus 22 macro-objetivos e

189 objetivos setoriais, bem como os 178 programas e as 702 ações. A aplicação total de recursos prevista no quadriênio é apresentada no quadro abaixo.

A programação do PPA organiza-se nesta publicação sob a forma de agendas para grandes temas. Elas foram definidas a partir da seleção de temas que indiquem os principais desafios a serem enfrentados pelo Governo Estadual, elencados da seguinte forma:

- Construção da Cidadania;
- Megaeventos Internacionais;
- Estratégias Metropolitanas;
- Grandes Projetos de Investimento;
- Modernização da Gestão;
- Prevenção e Combate a Efeitos de Desastres;
- Saúde e Educação.

Aplicação de Recursos no Quadriênio 2012-2015 (R\$ 81,2 bilhões)



Poder	Atividades	Projetos	Despesas não Orçamentárias	Total Geral
Executivo	47%	44%	9%	100%
Judiciário	76%	24%	0%	100%
Legislativo	76%	24%	0%	100%
M. Público	98%	2%	0%	100%
TOTAL GERAL	49%	43%	8%	100%

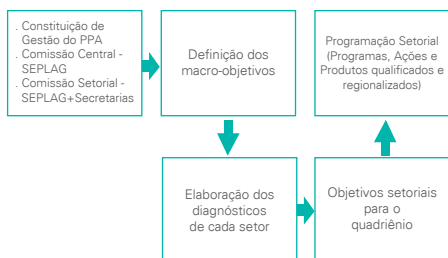
Fonte:
Sistema Integrado de Gestão Orçamentária - SIGO

Processo de Elaboração

O PPA/RJ 2012-2015 é resultado de um trabalho coletivo que envolveu as diferentes áreas da administração pública estadual e foi norteado pelas condições proporcionadas pela conjuntura atual favorável à retomada da prática do planejamento e pelos compromissos com a população fluminense.

O modelo de elaboração estimulou um esforço de reflexão que mobilizou os primeiros escalões do Governo Estadual para a construção de uma agenda cuja meta comum foi construir um PPA voltado para a contínua melhoria dos serviços públicos, para a criação de um ambiente de negócios gerador de emprego e renda, e para a garantia dos direitos do cidadão. O esquema abaixo ilustra o trabalho realizado em suas diferentes etapas.

Modelo de Elaboração



O processo teve início com a institucionalização de uma Comissão Central, no âmbito da SEPLAG, com o papel de coordenar as atividades das Comissões Setoriais em cada Secretaria de Estado (Resolução SEPLAG nº 434 de 25/01/2011). A inovação propiciou a construção de um modelo integrador, cujo objetivo foi promover em cada Secretaria de Estado o fortalecimento do planejamento, buscando ajustar os resultados programados aos recursos disponíveis e à efetiva capacidade de execução da área responsável.

A elaboração do Plano foi precedida por um conjunto de entrevistas realizadas

pela SEPLAG e destinadas a mobilizar os atores envolvidos e a colher subsídios que atualizassem o conhecimento sobre o território e os grandes desafios do Estado, por um lado, e registrassem o pensamento diretivo da cúpula estratégica da administração pública estadual, por outro. As entrevistas ficaram a cargo da Coordenadoria de Dimensão Territorial do Planejamento (COTEP) da Subsecretaria de Planejamento (SUBPL), que ouviu especialistas e autoridades do Estado, algumas delas integrantes do alto escalão do Governo.

Destacaram-se os encontros com o Vice-governador e então Secretário de Estado de Obras, Luiz Fernando de Souza, o Secretário de Estado de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, o Secretário de Estado de Ambiente, Carlos Minc, o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, o Secretário de Estado de Habitação, Leonardo Picciani, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Júlio Bueno, o Secretário de Estado de Educação, Wilson Risolia, a Secretária de Estado de Cultura, Adriana Rattes, o Secretário de Estado de Saúde, Sérgio Côrtes, e o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa.

As informações colhidas subsidiaram os membros das comissões nos seus trabalhos, auxiliando ainda no reconhecimento de gargalos e interesses comuns e na sensibilização das maiores autoridades do Estado para o processo que culminou na formulação do PPA. As entrevistas criaram igualmente condições favoráveis à nomeação de subsecretários de Estado para a composição de algumas comissões, conduzindo ao planejamento alguns de seus principais atores e pessoal técnico da confiança dos secretários. Assim, o trabalho ganhou a força das decisões estratégicas e da legitimidade.

A Comissão Central foi constituída por representantes da Subsecretaria de Planejamento – SUBPL/SEPLAG.

Cada Comissão Setorial foi formada por técnicos da SUBPL e dirigentes ou membros da Secretaria Setorial indicados pelo titular do respectivo órgão. Os membros da SEPLAG nas Comissões Setoriais desempenharam o papel de condutores da metodologia de elaboração do Plano, zelando pelo cronograma de desenvolvimento e pela atenção aos conceitos indicativos da formulação de uma programação setorial direcionada para o alcance dos resultados esperados. Aos membros das secretarias e de suas entidades vinculadas coube a formulação do diagnóstico do setor e a definição dos objetivos setoriais, bem como a elaboração dos programas, ações e produtos quantificados e regionalizados.

A Comissão Central foi a condutora do modelo e da articulação institucional necessária ao bom andamento do processo de elaboração, assegurando a prioridade atribuída ao trabalho, mantendo a unidade do processo e sendo responsável pela disseminação de boas práticas.

As 22 Comissões Setoriais desenvolveram um trabalho produtivo, constituindo espaços democráticos, integradores e focalizados na política setorial com vistas a um resultado objetivo: a entrega do PPA/RJ 2012-2015. Naturalmente, os trabalhos tiveram aspectos heterogêneos, pontos fortes e pontos fracos, cabendo à avaliação do processo indicar os casos exitosos para o aperfeiçoamento do modelo de planejamento.

Pontos Fortes

- Engajamento do alto escalão das secretarias na direção de parte das comissões setoriais;
- Perfil técnico dos componentes das comissões;
- Mobilização do setorial e aproximação com a SEPLAG.

A participação de membros do alto escalão da administração setorial garantiu governabilidade interna ao processo, propiciando acesso fácil às instâncias superiores com rapidez no fluxo de informações, delegação de poder e propostas técnicas com aderência às políticas e prioridades do setor.

A composição das Comissões Setoriais caracterizada por integrantes com perfis eminentemente técnicos facilitou a compreensão da metodologia e da proposta de trabalho. Na maioria das comissões o trabalho de formulação setorial propiciou a criação de vínculos entre a SEPLAG, representada pela Comissão Central e pelos gestores públicos, e a equipe de planejamento e orçamento dos órgãos setoriais. Em muitos casos essas equipes de Secretarias e Vinculadas tiveram uma oportunidade de integração interna com o processo de elaboração do PPA.

Pontos Fracos

- Dificuldades de assimilação da metodologia;
- Técnicos de exclusiva especialização orçamentária em parte das Comissões Setoriais;
- Baixa integração, em parte das comissões, entre órgãos e suas próprias entidades vinculadas.

Ao mesmo tempo que boa parte dos técnicos assimilou a metodologia proposta e implementada, alguns problemas e dificuldades foram identificados como entraves ao desenvolvimento do processo de trabalho das comissões devido ao perfil dos técnicos, muitas vezes preocupados estritamente com a questão orçamentária do planejamento. Esse perfil eminentemente orçamentário dos técnicos setoriais levou também, em alguns casos, a processos de resistência ao aprendizado da metodologia, onde se reproduzia a ideia de que a programação voltada para resultados iria dificultar a execução departamentalizada das atividades. Cada setor espera garantir sua rubrica orçamentária. Dessa forma, a consequência foi, em alguns casos, a definição de uma programação extensa, com grande número de programas similares dentro de um mesmo setor.

A estrutura de algumas áreas com a presença de muitas entidades vinculadas tornou o trabalho das comissões mais complexo. Nestes casos, o sucesso da proposta passou pela capacidade de integração do grupo.

A proposição do modelo de elaboração com base em uma construção coletiva apresentou aspectos positivos, mas também trouxe à tona questões de coordenação entre membros de algumas comissões. Incertezas relativas ao cronograma e às etapas de trabalho causaram alguns atrasos nas entregas setoriais. Nesses casos, a agilidade da Comissão Central, como definidora do modelo e responsável por correções de rumos, foi fundamental na condução do processo de cada comissão.

Os anexos concernentes à contextualização estratégica e à programação serão os objetos das próximas duas seções.

Contextualização Estratégica

Os macro-objetivos e objetivos setoriais presidiram a elaboração de todos os programas definidos. Assim como o PPA, que representa um pacto entre os órgãos do Governo e entre este e a sociedade, os macro-objetivos sintetizam os pactos firmados por cada uma das Secretarias de Estado. Para o período 2012-2015, eles observam a diretriz geral de consolidação dos avanços registrados em cada uma das áreas governamentais em favor do desenvolvimento social e da gestão eficiente e republicana dos órgãos e recursos estaduais.

No que diz respeito aos cenários macroeconômicos, é analisar indicadores e avaliar o impacto da conjuntura internacional e das taxas de câmbio sobre o crescimento do PIB, as contas externas e a indústria nacional, de um lado, e o impacto dos investimentos do PAC sobre a geração de empregos, a dinâmica da economia fluminense e a estratégia de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, de outro. Em particular, aborda o desafio de transformar o crescimento econômico em desenvolvimento e a necessidade de aprofundar o processo em curso de modernização do setor público fluminense – desafio que requer iniciativas de responsabilidade do conjunto do Governo

e que vem sendo enfrentado por seus mais diversos órgãos.

A análise do desempenho fiscal no período 2003 a 2010 e das perspectivas para o próximo quadriênio trabalhou com indicadores concernentes à evolução de receitas e despesas. Os avanços na política fiscal participaram das mudanças observadas no Estado, sobretudo em virtude da abertura de espaço fiscal, que contribuiu para o aumento dos investimentos no Estado. A exitosa parceria com o Governo Federal nos últimos anos criou novas e importantes fontes de recursos para a recente inflexão das taxas de investimento, cabendo ao Governo zelar para que o processo avance em conjunto com a sustentabilidade das contas públicas.

O capítulo relativo às oportunidades e parcerias no horizonte do Estado do Rio faz menção aos desafios da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e ao advento da extração de petróleo na camada do Pré-sal e dos grandes investimentos em variados setores. Os grandes eventos e novos investimentos irão ensejar a geração de emprego e renda, a inovação tecnológica e de gestão, a competitividade, a redução de desigualdades e melhorias nos indicadores de bem-estar. As transformações econômicas devem ser convertidas em benefícios para todos os cidadãos. A experiência mostra que a atuação do setor público – em especial na construção de alianças com atores públicos e privados – é fundamental nesse processo.

O último capítulo da contextualização estratégica do PPA/RJ 2012-2015 reafirma o compromisso do Estado com a valorização do território, a fim de aprimorar a ação pública diante do conjunto de oportunidades e ameaças associadas a uma agenda de investimentos sem precedentes na história fluminense. Os indicadores de mudanças na dinâmica territorial, os projetos de investimentos e o problema da gestão coordenada de órgãos dotados de distintas competências legais são abordados, reiterando-se a importância da gestão do território alinhada entre as três esferas de Governo e pactuada com os diversos atores sociais, visando à redução das desigualdades regionais.

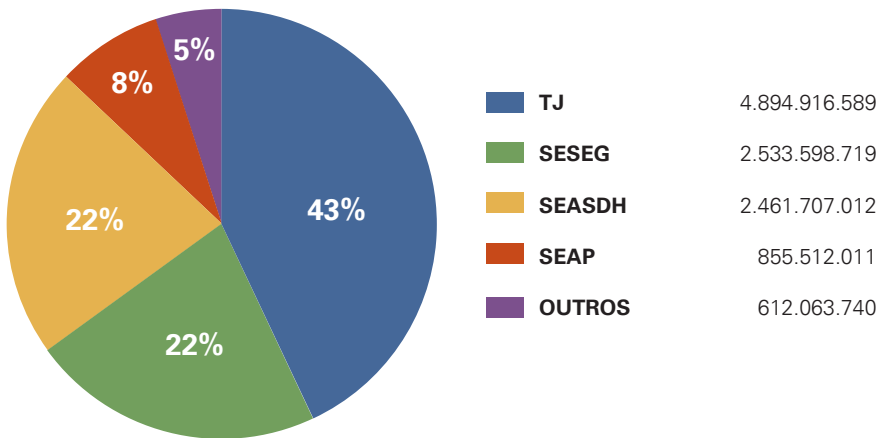
Grandes Temas na Programação 2012-2015

Os temas propostos – definidos segundo critérios que serão apresentados nas notas técnicas ao final desta publicação – não compreendem a totalidade dos programas registrados na base de dados do PPA, muito menos esgotam as preocupações com a eficiência e eficácia das políticas públicas elaboradas. Contudo, além de oferecerem uma síntese de importantes componentes da programação constante do PPA, eles proporcionam uma visão intersetorial das políticas estaduais e, acima de tudo, indicam questões estratégicas da agenda pública dos próximos anos.

A seguir, discutiremos os programas e ações do PPA/RJ 2012-2015 à luz de grandes temas que deverão mobilizar o conjunto dos Poderes para fins comuns e de grande relevância para a sociedade fluminense.

Construção da Cidadania

Para o exercício do PPA 2012-2015, tanto o governo quanto a sociedade civil do Estado do Rio têm pela frente um desafio secular a ser alcançado: o atendimento eficaz das demandas da população fluminense historicamente submetida a riscos físicos e morais e à vulnerabilidade socioeconômica. Com vistas a definitivamente consolidarem instrumentos de construção da cidadania, a SESEG, a SEASDH, a SEAP e órgãos estaduais de controle das ações de Governo tendo em vista a garantia dos direitos essenciais – Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), Ministério Público (MP) e Tribunal de Justiça (TJ) – previram orçamentos para a execução de suas políticas, que juntos atingem, no quadriênio, R\$ 11.357.798.071,00.



A SESEG responde por valor superior a R\$ 2 bilhões e 530 milhões em despesas programadas para os próximos quatro anos. Do total, 50,6% estão destinados a atividades operacionais, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. Do orçamento da SEASDH, estimado em R\$ 2 bilhões e 460 milhões, boa parte irá para o Programa de Transferência de Renda às Famílias em Pobreza Extrema – Renda Melhor, que representa 45,1% do total disponibilizado para o órgão.

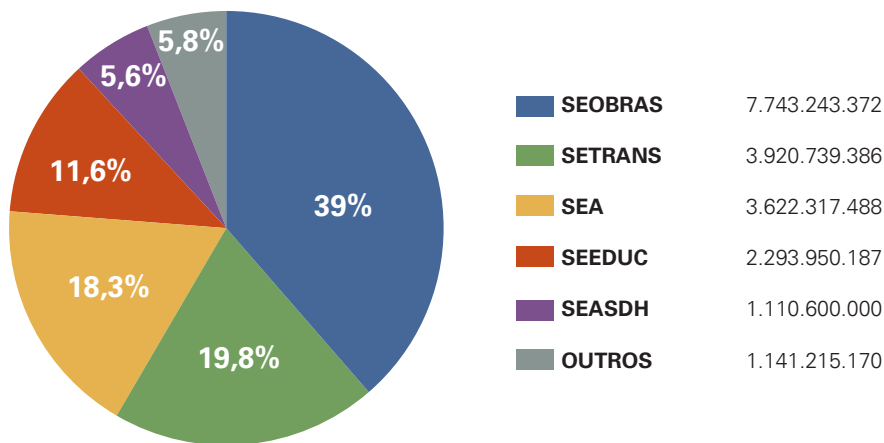
As atividades de Promoção de Alimentação Saudável representam a segunda maior parte do orçamento da SEASDH (9,5%). A SEAP estimou um orçamento de R\$ 855 milhões, destacando-se nele as ações de Alimentação dos Apenados e Custodiados (57,9%) e de Construção, Implantação e Reforma de Unidades do Sistema Penitenciário (21,8%). Juntos, o TJ, a DPGE e o MP previram orçamento de cerca de R\$ 5,5 bilhões, a serem investidos em ações relacionadas à construção da cidadania. A mais importante ação do TJ, com 42,6% de seu orçamento previsto, consiste na Operacionalização do Processamento Judiciário. As ações intituladas Infraestrutura da DPGE e Defesa dos Direitos e Interesses da Sociedade serão as mais importantes da Defensoria Pública (60,6%) e do MP (97,6%), respectivamente.

Grandes Projetos de Investimento

Os grandes investimentos planejados ou já em andamento no Estado do Rio de

Janeiro ganharam destaque neste PPA, sendo especialmente destinados à área de infraestrutura. É significativo o aporte estimado de recursos para ações avaliadas em mais de R\$ 500 milhões e para aquelas contempladas no Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, do Governo Federal. Grandes investimentos e projetos do PAC em geral compartilham o objetivo de alavancar o crescimento sustentável de longo prazo.

Os recursos para os próximos quatro anos totalizam investimentos de R\$ 19.832.065.603,00, distribuídos entre sete órgãos estaduais. Somente o PAC terá projetos responsáveis pela aplicação de R\$ 6,7 bilhões nos próximos quatro anos, representando mais de um terço dos grandes investimentos do Estado. A SEOBRAS, que responde por 39% do orçamento total previsto para os grandes projetos, estará à frente de programas como o Somando Forças, Reforma do Maracanã, Urbanização das Comunidades e Saneamento Básico.



Outro órgão de grande relevância é a SETRANS, que consolidará a Implantação da Linha 4 do Metrô do RJ, aplicando recursos previstos em R\$ 1,4 bilhão. O programa Construção e Reforma de Estações e Oficinas deverá proporcionar a algumas estações a infraestrutura adequada para os grandes eventos que aqui serão realizados. A SEA receberá mais de R\$ 1 bilhão de recursos do PAC para o programa Pacto pelo Saneamento, que visa reduzir o passivo ambiental do Estado decorrente da falta de tratamento de esgoto e da disposição inadequada dos resíduos sólidos.

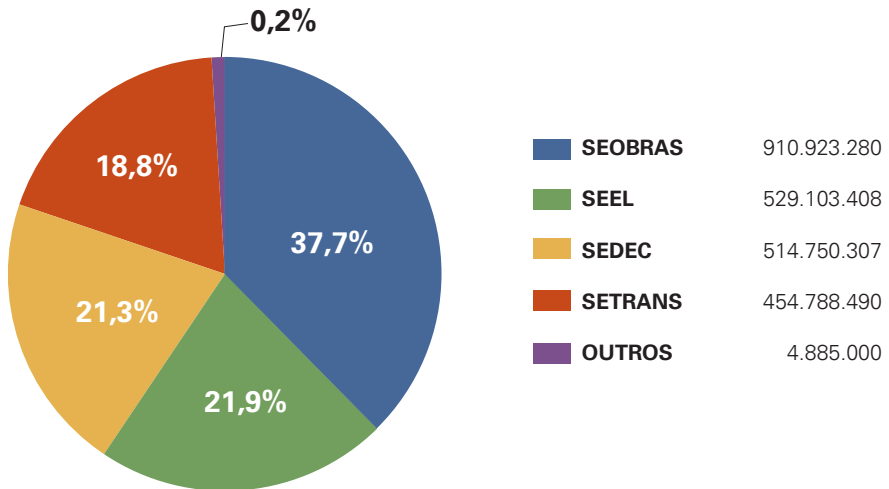
Destaque também para a SEASDH, com a ação Transferência de Renda às Famílias em Pobreza Extrema - Renda Melhor, para a Regularização Fundiária e Melhorias em Assentamentos Irregulares, a cargo da CEHAB (vinculada à SEH), e para o Padrão de Qualidade da Infraestrutura Física da Rede da SEEDUC.

Megaeventos Internacionais

A oportunidade de sediar grandes eventos internacionais nos próximos anos é uma conquista brasileira que traz grandes benefícios e responsabilidades para o Rio de Janeiro. A Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol de 2014, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e a Rio+20 exigirão pesados investimentos e ações concentradas de diversos órgãos do

Estado, alguns deles à frente de programas claramente associados a esses desafios no PPA 2012-2015.

São oito os órgãos estaduais que assumiram o compromisso explícito com programas e ações relacionados aos grandes eventos internacionais a serem total ou parcialmente realizados no Rio de Janeiro. A SEOBRAS responde pelo maior orçamento destinado a esse tema, com mais de R\$ 900 milhões em despesas programadas para o próximo quadriênio. A SEEL, a SEDEC e a SETRANS deverão responder por ações de valor global semelhante, situado em torno de R\$ 500 milhões. Ao todo, os megaeventos internacionais são o objeto de programas globalmente avaliados, ao longo dos próximos quatro anos, em R\$ 2.414.450.485,00.

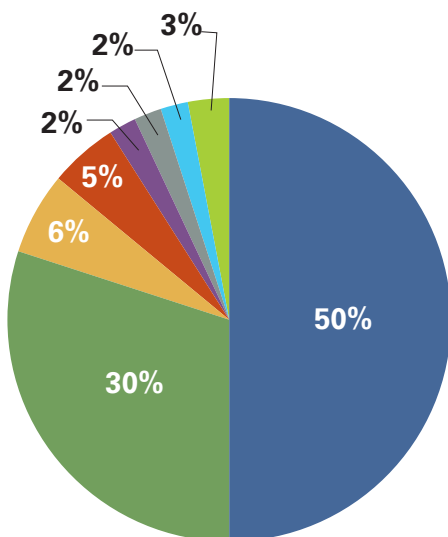


Um único programa, intitulado Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, será o instrumento de aplicação de todo o referido orçamento da SEOBRAS e da SETRANS, e ainda contará com recursos da SEEL e da Casa Civil. As ações nele compreendidas representam 58% do orçamento global formalmente destinado aos eventos internacionais no PPA. O desenho do programa reforça a intersetorialidade da atuação do Governo.

A SEDEC e a SEEL serão responsáveis por outros programas exclusivos que representam, respectivamente, 21% e 20% do mesmo orçamento global. Os demais órgãos envolvidos com o tema serão a SEA, a SECT, a SESEG e a Casa Civil.

Distribuídos por função, os recursos alocados pelo PPA em favor dos grandes eventos internacionais serão destinados quase integralmente a Desporto e Lazer (60%), Transporte (19%), Segurança Pública (14%) e Saúde (7%). Na primeira função estão alocados todos os recursos orçados pela SEOBRAS, que prevê gastos de R\$ 909.923.208,00 apenas com a Reforma do Complexo do Maracanã. Do orçamento total relacionado com os grandes eventos, 63% serão canalizados para projetos e 37% estarão concentrados no financiamento de atividades. Os projetos da SEOBRAS (38%) e da SETRANS (19%) representam, sozinhos, 57% daquele orçamento total, ou quase a totalidade do orçamento de projetos explicitamente voltados para o tema.

12% dos recursos exclusivamente destinados à RMRJ. A cargo da SETRANS estarão também outros dois programas – Bilhete Único (9%), Expansão e Consolidação das Linhas de Metrô (9%) e Melhoria do Sistema de Transportes Ferroviário (6%) – que canalizam 24% do orçamento exclusivo para a RMRJ no PPA. A SEOBRAS responderá pelos programas Rio Metrópole (9%) e Urbanização das Comunidades (8%), os dois mais importantes do órgão na região.



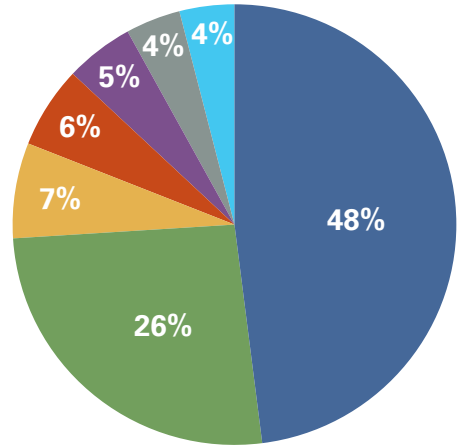
14 Estratégias Metropolitanas

Um dos principais desafios identificados nos últimos anos pelo Governo do Estado na análise dos mais diversos indicadores é o enfrentamento de problemas longamente vividos pela população radcada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A agenda estadual focalizada exclusivamente na região tem lugar assegurado no PPA 2012-2015, e com ela haverá 14 órgãos formalmente comprometidos. Destacam-se entre esses órgãos a SETRANS e a SEOBRAS, responsáveis por cerca de 80% dos recursos programados nessa agenda. Possuem também ações direcionadas exclusivamente para a RMRJ órgãos como a SECT (6%), a SEA (5%), o TJ (2%), a SEDEIS (2%), a SEC (2%) e outros (3%). Ao todo, serão 53 programas dotados de 144 ações exclusivamente voltadas para a região e amparados em recursos estimados em R\$ 19.126.775.152,00, a serem aplicados em quatro anos.

SETRANS	9.564.378.273
SEOBRAS	5.829.992.118
SECT	1.175.177.874
SEA	896.382.260
TJ	456.971.395
SEDEIS	389.470.780
SEC	326.668.471
OUTROS	487.733.981

O programa Sistema de Transporte sobre Trilhos é o que prevê maiores gastos, com

Metade de todos os recursos previstos será alocada na área de Transporte, ficando as funções de Urbanismo e Saneamento com, respectivamente, 17% e 8% do orçamento exclusivo da RMRJ. Educação (5%), Desporto e Lazer (5%) e Gestão Ambiental (4%) são, depois das três anteriores, as funções que maiores recursos deverão receber no âmbito das estratégias metropolitanas. Dos recursos estimados para as ações focalizadas na RMRJ, 64% serão destinados a projetos. As atividades (17%) e ações não orçamentárias (18%) representam 36% daqueles recursos. A SEOBRAS e a SETRANS programaram investimentos em projetos equivalentes a 30% e 25% do orçamento exclusivo da RMRJ.



Modernização da Gestão

Uma das preocupações do atual Governo é a modernização da gestão pública estadual. Ao longo dos anos este tema não foi tratado como prioridade pelos Governos anteriores. Esse fato pode ser comprovado pelo estado em que se encontravam alguns setores: quadro de pessoal envelhecido e com grande número de extraquadros, sistemas de informação e gerenciamento ultrapassados e instalações físicas degradadas. Ressalvadas as carreiras de policiais, médicos e de profissionais do magistério, não se fazia concurso há quase 20 anos.

O Programa Plurianual anterior (PPA 2008-2011) já previu a modernização da gestão como uma prioridade, através de diversas iniciativas, como o programa Modernização da Gestão Pública Estadual, da SEPLAG, que já fez investimentos de cerca de R\$ 64 milhões até 30/09/2011.

O PPA 2012-2015 não será diferente: a meta de modernização da administração pública estadual é um dos destaques da programação e tem prevista a aplicação de 8% de toda a despesa. Entre as iniciativas, destacam-se as da Casa Civil, SEPLAG, SEFAZ e SECT, que juntas pretendem investir cerca de R\$ 4 bilhões de um total de R\$ 6 bilhões. É importante ressaltar que os dois maiores programas, em termos de volume de despesa, serão financiados com recursos próprios da CEDAE, empresa independente, e do DETRAN-RJ.

	DETRAN	2.939.464.217
	CEDAE	1.616.902.823
	OUTROS	452.329.466
	CASA CIVIL	388.534.209
	SECT	279.999.308
	SEFAZ	245.289.730
	SEPLAG	218.875.349

15

Entre os principais programas, destacam-se neste tema:

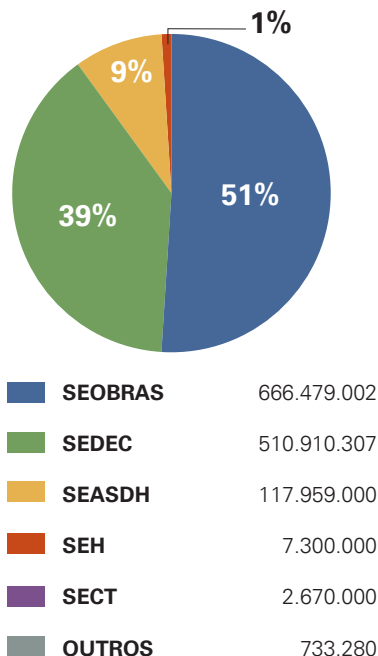
- Modernização da Gestão Pública - SEPLAG;
- Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Administração Pública - PRODERJ;
- Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial - SEFAZ;
- Ampliação da Capacidade Instalada para Realização de Pesquisa nas Universidades - FAPERJ;
- Gestão Corporativa - CEDAE; e
- Modernização dos Serviços Operacionais do Detran RJ - DETRAN-RJ.

Prevenção e Combate a Efeitos de Desastres

Recentes desastres naturais no Estado do Rio de Janeiro, como os que ocorreram em Angra dos Reis e na Região Serrana em 2011, e agora, nos municípios do Centro-Sul e Norte Fluminense (Sapucaia e Campos), foram responsáveis por tragédias que causaram muito sofrimento ao povo fluminense. Apesar de tais acontecimentos serem inevitáveis, é possível que ações preventivas e de combate sejam feitas por órgãos do Estado a fim de que seus efeitos sejam amenizados.

Ações totalizando R\$ 1.306.051.589,00 estão previstas para os próximos quatro anos no PPA com objetivo de enfrentar o atual desafio. A SEOBRAS, com orçamento previsto em R\$ 666.479.002,00, é o órgão com maior participação. Deste valor, R\$ 411.600.000,00 estão alocados na ação Reassentamento de Moradores de Áreas de Risco, do Programa Morar Seguro. Outros R\$ 213.760.000 estão no programa Recuperação de Localidades atingidas por Catástrofes, exclusivamente destinado à Região Serrana.

16



Quanto às ações preventivas, a SECT estima orçamento de R\$ 2.670.000,00 no programa Melhoria do Processo de Gestão de Riscos a Desastres Naturais, que contém ações como Aquisição de Equipamentos para Detecção Vertical de Tempestades e Desenvolvimento de um Sistema de Previsão Meteorológica de Alta Resolução. O DRM, órgão vinculado à SEDEIS, possui uma Ação, Prevenção e Análise de Desastres Geológicos, visando à ampliação do conhecimento geológico do Estado. A SEDEC, através do programa Ampliação da Capacidade de Atendimento da Defesa Civil Estadual e CBMERJ para Redução de Desastres, receberá recursos que correspondem a 39% do total dos investimentos diretamente ligados ao tema.

Neste órgão, nem todos os recursos são ligados diretamente a desastres naturais, mas as ações como Ampliação da Frota da Defesa Civil Estadual/CBMERJ e Operacionalização da Defesa Civil Estadual/CBMERJ configuram iniciativas preventivas que permitem um preparo adequado para a proteção da população fluminense.

Saúde e Educação

As políticas governamentais destinadas à Saúde e à Educação podem ser identificadas em distintas Secretarias do Governo do Estado. São grandes os desafios enfrentados em cada uma dessas áreas, nas quais indicadores importantes serão impactados por ações conduzidas por diversos órgãos da administração. Por isso, associaram-se aqui às políticas de Saúde e Educação as ações enquadradas nessas duas funções e, adicionalmente, aquelas destinadas à função Saneamento, em decorrência de seus impactos diretos e significativos no desenvolvimento humano.

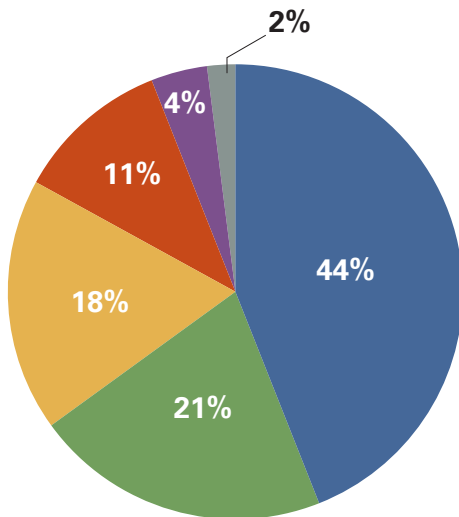
Ao todo, R\$ 32.020.221.879,00 serão investidos pelo Estado, no próximo quadriênio, com a expectativa de se obterem avanços de curto prazo nos indicadores fluminenses de Saúde e Educação. A maior parte desses recursos teve sua aplicação programada pela SES (44%), ficando a SEEDUC (21%), a SEOBRAS (18%), a SECT (11%) e a SEA (4%) com praticamente a totalidade do orçamento restante.

Com 12 programas, a SES atribuiu a um deles (Assistência Hospitalar e Ambulatorial nas Unidades Próprias) 43% de seu orçamento para 2012-2015. Este e outros três programas do órgão (Assistência Pré-hospitalar, Gestão e Fortalecimento da Atenção à Saúde e Assistência Farmacêutica) terão 92% daquele orçamento, ou 40,3% do valor total para o tema de Saúde e Educação. Na SEEDUC, apenas um programa (Padrão de Qualidade da Infraestrutura Física da Rede) terá 52% de seu orçamento no Plano, ou 11,1% dos recursos para o tema em discussão.

O programa Saneamento Básico será o mais importante da SEOBRAS na função de Saneamento. Ele e outros dois programas representam 16,3% dos recursos previstos no PPA para o tema de Saúde e Educação. A SEA concebeu três programas para a área de Saneamento, sendo o mais importante deles (Controle de Inundações e Recuperação

de Áreas Degradadas) responsável por 2,7% dos recursos programados para o tema. A SECT, cujo plano para a área de Educação divide-se em 22 programas, atribuiu a 18 deles valores equivalentes a menos de 1% do valor orçado para o tema. O programa Expansão e Melhoria da Educação Profissional, com o maior valor orçado pela SECT na função Educação, previu gastos equivalentes a 3,38% dos recursos associados ao tema.

As ações em benefício da Saúde e da Educação no Estado irão destinar 69% de seus recursos a atividades, ficando os 31% restantes disponíveis para projetos, os quais estão vinculados sobretudo à função de Saneamento e serão executados principalmente pela SEOBRAS (43%) e pela SEEDUC (25%). É na SES que se concentram as atividades, cabendo ao órgão 40% do valor orçado para esse tipo de ação no tema em questão.



SES	13.947.364.093
SEEDUC	6.836.057.214
SEOBRAS	5.884.254.410
SECT	3.407.065.998
SEA	1.335.077.488
OUTROS	610.402.676

Monitoramento e Avaliação do PPA/RJ 2012-2015

Conforme previsto nos Arts. 11 e 12 da Lei nº 6.126, a execução do Plano Plurianual/RJ 2012-2015 será monitorada e avaliada de forma sistemática pelo Poder Executivo. Esse trabalho se constitui como atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa do Plano, orientada para o alcance das metas previstas.

O monitoramento pode ser definido como um processo de acompanhamento da execução das ações do programa visando à obtenção de informações para subsidiar decisões, bem como à identificação e à correção de problemas. É uma atividade gerencial que deve permitir avaliar o contexto onde se desenvolvem os programas e ações governamentais de modo a prover a administração de informações sintéticas e tempestivas que permitam identificar e viabilizar a superação de restrições em tempo de execução.

O objetivo central do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA é gerar informações adequadas para utilização pela administração pública no processo decisório, com vistas à obtenção de melhores resultados pelo Governo, bem como permitir a reorientação nos desvios de execução e melhor alocação dos recursos e insumos disponíveis.

Para isso, o modelo de gestão do PPA proposto se desenvolve por meio da Rede de Planejamento, formada por Comissões Setoriais em cada Secretaria de Estado e por uma Comissão Central constituída pela SEPLAG.

De todo modo, cabe pontuar que o monitoramento está mais relacionado à possibilidade de intervenção no curso do processo, enquanto que a avaliação vincula-se ao conhecimento das causas e resultados obtidos, por meio da utilização de dados fornecidos pelo monitoramento ou de pesquisas avaliativas.

Para monitorar e avaliar a execução do PPA/RJ 2012-2015, pretende-se:

- Monitorar a programação prioritária;
- Monitorar a execução das metas das ações dos programas;
- Avaliar quadrimestral e anualmente a execução do PPA.

Ressalta-se ainda:

- O monitoramento da programação prioritária é uma atividade estratégica que vai abranger somente uma parcela da programação finalística do PPA.
- O monitoramento da execução das metas das ações dos programas abrangerá toda a programação do PPA e será o insumo para as avaliações previstas.
- A avaliação quadrimestral e anual tratará da análise do desempenho dos resultados dos programas face às políticas públicas do Governo, fornecendo subsídios para a revisão anual do PPA.



Obras do Maracanã
Foto: Governo RJ

Matriz de Correspondência entre Órgãos e Grandes Temas

TEMAS	Grandes Projetos de Investimento	Megaeventos Internacionais	Modernização da Gestão	Estratégias Metropolitanas	Construção da Cidadania	Prevenção e Combate a Efeitos de Desastres	Combate à Pobreza
SEAPEC							
SEDRAP							
SEASDH							
SEDEIS							
SEPLAG							
SEAP							
SEEL							
SETUR							
CASA CIVIL							
SECT							
SEC							
SEEDUC							
SEFAZ							
SEGOV							
SEH							
SEOBRAS							
SES							
SEDEC							
SESEG							
SETRANS							
SEA							
SETRAB							
TJ							
TCE							
DPGE							
MP							

Siglas

CASA CIVIL	Secretaria de Estado da Casa Civil
CEDAE	Companhia Estadual de Água e Esgoto
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado
DPGE	Defensoria Pública Geral do Estado
FAPERJ	Fundação C.C.F. de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
MP	Ministério Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SEA	Secretaria de Estado de Ambiente
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEAPEC	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
SECT	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEDEC	Secretaria de Estado de Defesa Civil
SEDEIS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Energia, Indústria e Serviços
SEDRAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEEL	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEH	Secretaria de Estado de Habitação
SEOBRAS	Secretaria de Estado de Obras
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
SETRANS	Secretaria de Estado de Transportes
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TJ	Tribunal de Justiça

Nota Técnica

Os temas abordados neste sumário foram identificados com programas e ações escolhidos segundo critérios definidos pelos técnicos responsáveis por cada análise realizada. A definição de todos os critérios observou um princípio comum: cada um deles baseou-se na busca de dados objetivos disponíveis no sistema de informações do PPA. Assim, todo programa ou ação dotados de um ou mais atributos associados pelo técnico responsável a um tema específico passou a integrar um tema. Essa inclusão resultou na automática associação dos recursos orçamentários e não orçamentários ao mesmo tema.

Encontram-se abaixo os grandes temas apresentados neste trabalho e os respectivos critérios a que se submeteu a escolha da programação que passaram a compô-lo.

- **Construção da Cidadania**

Ações a cargo dos seguintes órgãos:
SESEG, SEAP, SEASDH, TJ, MP e DPGE.

- **Megaeventos Internacionais**

Ações incluídas na função Desporto e Lazer ou em cujos atributos figuram as palavras Copa, Olímpicos, Grandes Eventos ou Rio+20.

- **Estratégias Metropolitanas**

Ações direcionadas exclusivamente para a RMRJ.

- **Grandes Projetos de Investimento**

Ações identificadas como projetos com valores totais superiores a R\$ 500 milhões ou vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

- **Modernização da Gestão**

Ações de programas inscritos na função Administração e/ou que possuem, em seus nomes, palavras relacionadas à inovação ou renovação da gestão e em cujos objetivos ou descrições haja referência explícita à questão da modernização da gestão.

Programas destinados a públicos-alvo que incluam servidores estaduais e em cujos objetivos ou descrições haja referência explícita à questão da modernização da gestão. Do conjunto final de programas foram excluídos aqueles destinados somente a reformas de infraestrutura.

- **Prevenção e Combate a Efeitos de Desastres**

Ações em cujos atributos figuram as palavras desastre, catástrofe ou áreas de risco.

- **Combate à Pobreza**

Ações incluídas nas funções Saúde, Saneamento, Educação, Assistência Social e Gestão Ambiental e, simultaneamente, nas subfunções Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Saneamento Básico Urbano, Ensino Médio, Assistência Comunitária, Assistência à Criança e ao Adolescente, Alimentação e Nutrição, Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, Educação de Jovens e Adultos e Assistência ao Idoso.

Metrô Linha 4 - ligação Barra da Tijuca ao bairro de São Conrado
Foto: Henrique Freire / Governo RJ





SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E GESTÃO

www.rj.gov.br/web/seplag

PPA de Bolso

PLANO PLURIANUAL

2012 - 2015

Março
2012